



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO BRUNO FARIAS**

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025
(Do Sr. Bruno Farias)**

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde e a Comissão de Administração e Serviço Público para debater as condições de trabalho dos Servidores da Rede Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde e a Comissão de Administração e Serviço Público, a fim de debater e buscar soluções para o grave problema das condições de trabalho enfrentadas pelos Servidores da Rede Federal no Brasil. Para enriquecer o debate e garantir a pluralidade de perspectivas, sugiro que sejam convidados para a audiência pública:

Representante do Ministério da Saúde
Representante do Ministério de Gestão e Inovação
Representante do SINDSPREV/RJ
Representante do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)
Defensoria Pública da União
Representante do Ministério Público

JUSTIFICAÇÃO

As condições de trabalho dos servidores da Rede Federal representam uma realidade complexa e multifacetada, sendo a degradação dessas condições uma manifestação insidiosa e persistente de um problema estrutural. É crucial reconhecer que a precarização não se limita a situações isoladas, mas permeia as relações e oportunidades de desenvolvimento profissional no serviço público federal.

Os servidores da Rede Federal desempenham um papel imprescindível na manutenção e avanço do país, prestando serviços essenciais nas mais diversas áreas, como saúde, educação, pesquisa científica, segurança pública e infraestrutura. A qualidade e a continuidade desses serviços estão diretamente atreladas ao bem-estar e às condições laborais dos profissionais que os executam. Uma rede federal forte e eficiente depende de trabalhadores valorizados e que atuem em ambientes propícios ao pleno desenvolvimento de suas funções.

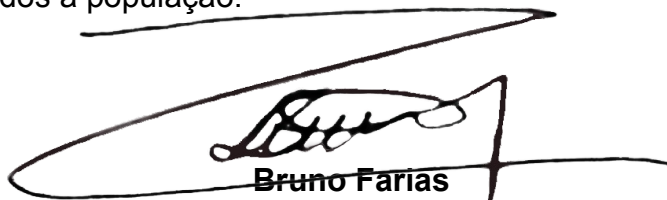


Infelizmente, observa-se um cenário preocupante em diversos órgãos e instituições da esfera federal. Muitos setores convivem com a carga de trabalho excessiva, impulsionada por déficits crônicos de pessoal e a crescente demanda por serviços, o que leva à sobrecarga dos quadros existentes. Soma-se a isso a infraestrutura muitas vezes inadequada, caracterizada pela falta de equipamentos modernos, instalações precárias e ambientes de trabalho que não cumprem as normas de segurança e saúde ocupacional, comprometendo não apenas a eficiência, mas a integridade física dos servidores.

Essas pressões resultam em sérios impactos na saúde mental dos profissionais. O estresse crônico, a exaustão, a pressão por resultados e, em alguns casos, a precarização das relações e o assédio moral, têm levado ao aumento de casos de transtornos psicológicos, esgotamento profissional (burnout), licenças e afastamentos, minando a força de trabalho e a motivação. A falta de planos de carreira atrativos e a defasagem remuneratória em relação a outras carreiras ou ao setor privado também são fatores desmotivadores que dificultam a retenção de talentos e a atração de novos profissionais qualificados.

Além disso, há relatos persistentes de assédio e preconceito no ambiente de trabalho federal, que, embora não se apresentem de forma tão flagrante como em outras esferas, impactam profundamente o clima organizacional e a produtividade. Esses problemas não apenas afetam a dignidade dos servidores, mas comprometem a capacidade do Estado de oferecer um serviço público de excelência, pois um corpo funcional desvalorizado e adoecido não consegue entregar seu potencial máximo.

Diante desse cenário, é imperativo que o Parlamento brasileiro, em conjunto com a Comissão de Saúde e a Comissão de Administração e Serviço Público, promova um debate amplo e aprofundado sobre a qualidade das condições de trabalho e a saúde do trabalhador no ambiente de serviço público federal, buscando medidas eficazes para valorizar esses profissionais e garantir um ambiente de trabalho digno e produtivo para todos. A aprovação deste requerimento é um passo essencial para enfrentarmos os desafios e construirmos um ambiente de trabalho mais justo, seguro e eficiente para os Servidores da Rede Federal, refletindo-se diretamente na melhoria dos serviços prestados à população.



Bruno Farias
Deputado Federal – AVANTE/MG

